



As múltiplas jornadas de mulheres universitárias: uma análise a partir das implicações da educação feminina

The multiple journeys of university women: an analysis from the implications of female education

Los múltiples trayectos de las mujeres universitarias: un análisis desde las implicaciones de la educación femenina

Júlia Cunha Barboza¹

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Naiviraí/MS, Brasil

Josiane Peres Gonçalves²

Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Naiviraí/MS, Brasil

Recebido em: 20/01/2022

Aceito em: 26/10/2022

Resumo

O estudo teve como objetivo averiguar o discurso das universitárias que são mães, donas de casa, profissionais e estudantes, tendo como problema de pesquisa a questão de como elas lidam com suas múltiplas jornadas e se tantas atribuições interferem no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com quatro estudantes do curso de Pedagogia, por meio da gravação de entrevistas individualizadas. Os resultados indicam que: a) ainda, nos dias atuais, a mulher é vista como responsável pelo cuidado dos filhos e atribuições domésticas; b) o acúmulo de funções resulta em uma sobrecarga de trabalho que acaba por afetar negativamente a vida acadêmica; c) as estudantes priorizam a universidade, o trabalho doméstico e a maternidade, em detrimento do cuidar de si mesma. Conclui-se que é preciso pensar em processos educativos que priorizem a igualdade de gênero, ou igualdade de condições, para que as mulheres tenham as mesmas oportunidades e não se responsabilizem por tantas jornadas, apenas por pertencerem ao gênero feminino.

Palavras-chave: Relações de gênero. Mulher. Mãe. Universitária.

Abstract

The study aimed to investigate the discourse of university students who are mothers, housewives, professionals and students, having as a research problem the question of how they deal with their multiple journeys and whether so many assignments interfere with the development of their academic activities. For that, a survey was carried out with four students of the Pedagogy course, through the recording of individualized interviews. The results indicate that: a) even today, women are seen as responsible for the care of children and household duties; b) the accumulation of functions results in an overload of work that ends up negatively affecting academic life; c) the students prioritize the university, domestic work and motherhood, to the detriment of taking care of themselves. It is concluded that it is necessary to think about educational processes that prioritize

¹ juliabarboza14766@hotmail.com

² josiane.peres@ufms.br

gender equality, or equality of conditions, so that women have the same opportunities and are not responsible for so many journeys, just because they belong to the female gender.

Keywords: Gender Relations. Woman. Mom. Student.

Resumen

El estudio tuvo como objetivo investigar el discurso de estudiantes universitarias madres, amas de casa, profesionales y estudiantes, teniendo como problema de investigación la cuestión de cómo ellas afrontan sus múltiples trayectos y si tantos encargos interfieren en el desarrollo de sus actividades académicas. Para ello, se realizó una encuesta a cuatro estudiantes de la carrera de Pedagogía, a través de la grabación de entrevistas individualizadas. Los resultados indican que: a) aún hoy, las mujeres son vistas como responsables del cuidado de los hijos y de las tareas del hogar; b) la acumulación de funciones resulta en una sobrecarga de trabajo que termina afectando negativamente la vida académica; c) las estudiantes priorizan la universidad, el trabajo doméstico y la maternidad, en detrimento del cuidado de sí mismas. Se concluye que es necesario pensar en procesos educativos que prioricen la igualdad de género, o igualdad de condiciones, para que las mujeres tengan las mismas oportunidades y no sean responsables de tantos viajes, solo por pertenecer al género femenino.

Palabras clave: Relaciones de género. Mujeres. Madre. Estudiante universitaria.

Introdução

Este estudo tem como tema o processo de construção da educação feminina e dos estereótipos que definem o ser feminino, pensando como isto afeta e é percebido pelas mulheres mães que estão na universidade e de que maneira estas relacionam sua posição enquanto mulheres e como educam seus filhos pensando nas relações de gênero.

Além disso, buscamos pensar de que maneira as múltiplas jornadas de trabalho afetam as vidas de mulheres que são mães, trabalham fora, estudam e são responsáveis pelo lar, e se tais atribuições afetam a vida dessas mulheres, principalmente em seus estudos.

Outro fator considerado no contexto brasileiro refere-se ao modelo e organização da educação feminina, pensando na posição das mulheres na sociedade, a fim de refletir de que forma a educação foi direcionada para elas e como essa educação afeta os papéis e funções atribuídas ao sexo feminino.

Nessa direção, buscamos esclarecer como foi construído no processo histórico e sociocultural o papel do feminino, e de que forma este é perpetuado, reproduzido, legitimado, remodelado com o passar do tempo, ainda priorizando a vida das mulheres ao espaço privado, de maneira que se apresente enquanto um marcador social, onde há implicações distintas para homens e mulheres.

Desta maneira, a problemática aqui apresentada resulta em percebermos que as mulheres mães universitárias têm uma trajetória mais complexa e com obstáculos a partir do gênero a que pertencem, pois historicamente foi construído que as mulheres seriam as principais responsáveis pelo lar e a maternidade, o que as caracterizaram enquanto ser e acarreta uma sobrecarga de funções (BEAUVOIR,

1980; BADINTER, 1985).

Por conseguinte, o objetivo central da pesquisa consiste em averiguar o que dizem as universitárias que são mães, donas de casa, profissionais e estudantes, acerca de suas múltiplas jornadas e se tantas atribuições interferem no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Para chegar a este objetivo, iremos trilhar um caminho a partir da abordagem das principais questões levantadas pela teoria de gênero, focando em como foi construído o estereótipo feminino e a divisão do espaço público e privado segundo os sexos.

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa é pensar como historicamente ocorreu a educação das mulheres no Brasil, para então analisar a educação das mulheres entrevistadas, que são mães e acadêmicas do curso de Pedagogia, compreendendo como o processo de construção da educação feminina determinou as vivências atuais dessas mulheres.

Isto posto, destacamos que a primeira etapa da pesquisa se baseia na revisão bibliográfica acerca dos temas acima mencionados, fundamentada em autores como: Pena (1981), Bourdieu (2012), Del Priore (2006), Santos (2006), Beltrame e Dornelli (2012), Oliveira (2016) e Comin (2017).

Num segundo momento apresentamos os resultados de entrevistas realizadas com quatro mulheres mães universitárias, matriculadas no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí (UFMS/CPNV). As entrevistas ajudaram a compreender o ponto de vista das participantes da pesquisa sobre suas múltiplas jornadas desempenhadas simultaneamente, se tantas atribuições interferem na vida acadêmica e como foi o seu processo educativo, tendo em vista as relações de gênero na sociedade.

Desta maneira, os resultados esperados com este estudo nos levarão a pensarmos a educação feminina a partir da visão das entrevistadas, de que maneira a mesma influencia na posição social e na distribuição de tarefas, nas funções que elas ocupam, bem como a maneira pela qual elas procuram educar os seus filhos/as com base na perspectiva de gênero.

Assim, buscamos correlacionar as informações das mulheres entrevistadas referentes as suas vivências e ao contexto histórico que construiu o estereótipo feminino, o qual acarretou na imagem das mulheres enquanto “ser frágil”, “incapaz”, “maternas”, “doces”, “submissas”, “passivas”, etc., ou seja, que teria nascido para desempenhar a função do cuidar, enquanto o homem visto como o gerenciador, aquele que organiza e administra.

Compreender o caminho da educação brasileira priorizada para as mulheres e suas implicações sociais é importante para refletirmos sobre a posição do gênero feminino em sociedade. Para tanto, é

necessário investigar a construção dos papéis endereçados e diferenciadores dos sexos, ou seja, masculino e feminino, os quais determinam modos de ser, agir, estar, comportar, pensar etc.

Em vista disso, procuraremos elucidar o caráter construído e não natural dessas relações de gênero, que aos serem percebidas podem ser ressignificadas e então atribuído um novo olhar dessas relações entre os sujeitos em sociedade. Assim, podemos perceber como são construídas essas relações culturalmente, quando vemos o tratamento diferenciado na educação de meninos e meninas, em que os primeiros têm alguns privilégios, como serem privados das funções domésticas e as meninas são cobradas para assumirem compromissos, somente por serem mulheres.

Cabe salientar que, conforme Costa e Costa (2019), quando se trata do trabalho doméstico, predomina no Brasil a superexploração e o desprestígio social de uma função que é realizada predominantemente por mulheres, sobretudo por aquelas que tem pouca qualificação e baixo nível de escolaridade. Além disso, as mulheres que trabalham fora de casa, continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e essa “domesticação” é aprendida desde a infância, por meio da educação diferenciada voltada para meninas e meninos.

Esse tratamento desigual acarreta em funções, espaços, atribuições diferentes para os sexos e implica em obstáculos na vida das mulheres, porque enquanto elas buscam atender a necessidades dos outros, principalmente dos filhos, elas não têm as mesmas oportunidades para se desenvolverem pessoal ou profissionalmente.

A pertinência e relevância de discutirmos e refletirmos sobre a educação das mulheres se dá no sentido de pensarmos em como oferecer as mesmas capacidades e oportunidades para os indivíduos, pensando em uma educação que fomente a equidade de atribuições de tarefas, incentivando as pessoas de maneira igual em todos os aspectos sociais, profissionais, domésticos, políticos etc.

As contribuições sociais do trabalho, bem como os resultados buscam conscientizar as mulheres pesquisadas de sua posição social e desnaturalizar o estereótipo feminino que afeta o cotidiano dessas mulheres (BADINTER, 1985; LOURO, 1997). Além de contribuir com o campo teórico das pesquisas de gênero por meio das vivências dessas mulheres correlacionadas com a construção histórico-social que determina o modo de ser dos indivíduos.

O referencial teórico, norteado por autores que discutem acerca das relações de gênero, feminino e masculino, encontra-se organizado em dois tópicos: O que define o ser mulher - uma abordagem sobre a educação feminina; e a posição das mulheres em sociedade a partir da divisão do espaço público e privado; conforme apresentado em seguida.

O que define o ser mulher: uma abordagem sobre a educação feminina

Diante de uma realidade social construída ao longo da história, desde a infância aprendemos que devemos ter comportamentos vistos socialmente como aceitáveis para o gênero feminino e masculino. Apoiado nessa ideia, Bourdieu (2012, p. 18) ressalta que “[...] o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depósito de princípio de visão sexualizante”.

A diferença biológica seria um dos fatores fundamentais para reforçar a dominação e subordinação pelas quais homens e mulheres estão sujeitos na vida em sociedade. Segundo Bourdieu (2012, p. 20), “[...] a diferença entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, e principalmente, da divisão do trabalho”.

As divisões do trabalho, construídas por meio da ordem social, e sendo estas relações sociais de dominação e exploração, perpetuam-se ao longo do contexto histórico, de modo que todas as coisas do mundo e todas as práticas seguem distinções redutíveis à oposição entre ser homem e ser mulher. Geralmente, a exploração do trabalho doméstico ocorre por ser uma função não remunerada, em que se espera que as mulheres o façam por “amor” ao próximo, como se fosse um ato de doação em prol de outras pessoas. Para Federici (2018, p. 33), a exploração do “trabalho não remunerado e as relações desiguais de poder construídas sobre a sua condição de não remuneração foram os pilares para a organização capitalista de produção”. Também Pena (1981) ressalta que:

O trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina e enquanto o casamento incluí-lo como um mecanismo, através do qual serviços são prestados gratuitamente e crianças geradas e criadas, tendo uma mulher como responsável, a opressão dessas, com ou sem propriedade, com ou sem a alternativa de um trabalho assalariado, parece inevitável (PENA, 1981, p. 73).

Historicamente, é possível afirmar que os papéis de homens e mulheres foram construídos de acordo com cada cultura, de maneira distinta, sendo que essas funções e padrões comportamentais variam conforme diversos fatores, como a classe social, posição na divisão social do trabalho, grau de instrução, credo religioso e, principalmente, segundo o sexo.

Dessa forma, as questões de gênero dizem respeito às relações sociais e aos papéis desempenhados conforme o sexo do indivíduo, o qual atua como demarcador social dos lugares ocupados e de distribuição do poder, em que nesta relação, a mulher é colocada em uma posição

desigual. Em outras palavras, as coisas de meninos e de meninas, homens e de mulheres, podem variar cultural e historicamente, conforme convenções elaboradas socialmente (SANTOS, 2006).

Na educação brasileira, vemos que no período colonial, as mulheres não tinham acesso à educação, como destaca Pena (1981, p. 85):

O recenseamento mostrava também, como era de se esperar, que não somente o nível de alfabetização era maior entre a população livre que entre a escrava, como também entre a masculina que entre a feminina. Assim, pois neste ano foram encontrados 909 escravos alfabetizados e 429 escravas. Quanto à população livre, aproximadamente 24% dos homens era alfabetizada, enquanto apenas 13,4% das mulheres sabia ler e escrever.

Essas mulheres que tinham acesso à educação eram em sua grande maioria as da elite e brancas, as quais estudavam em conventos, que era a única opção para o sexo feminino, pois não tinham escolas específicas a não ser o estudo informal para aprender a coser, bordar, tricotar etc., relacionados à esfera doméstica, com a intenção de se tornarem boas esposas.

Posteriormente, no início do século XX, passa a ocorrer uma transformação cultural e o alargamento da liberdade das mulheres, havendo inclusive escolas para elas frequentarem, como sinaliza Pena (1981, p. 85):

Considerando a população em idade escolar, 118.992 crianças e adolescentes do sexo masculino frequentavam estabelecimento de curso primário e 12.171 estabelecimentos secundários. A participação feminina era acentuadamente menor: 53.555 meninas estavam matriculadas no curso primário e apenas 2.167 nos cursos secundários.

Compreendemos, com base nesses pressupostos, o predomínio da desigualdade existente e o acesso inferior das mulheres a educação escolar, visto que elas representavam metade da quantidade de meninos com acesso a esse recurso. Já no ensino superior a realidade era a seguinte, conforme Pena (1981, p. 86):

Se olharmos para as estatísticas do início do século, que computam o ensino superior, nota-se que, em 1907, 2.455 homens estavam inscritos nas faculdades e somente 32 mulheres lá se encontravam; em 1908, 3.045 homens e 29 mulheres; em 1909, 3.323 elementos do sexo masculino e 39 do sexo feminino.

Com base nessas evidências, percebemos o caminho histórico da educação para as mulheres, bem como as desigualdades existentes a partir da diferença de acesso e oportunidades de acordo com os sexos. Assim, percebemos a posição das mulheres na sociedade brasileira no decorrer dos anos.

Por meio de um breve contexto histórico, é possível notar que a inserção feminina em sala de aula não se dá simplesmente por “livre escolha”, mas sim devido as habilidades que são atribuídas às

mulheres, tais como: ser mãe e dona de casa. Nesse cenário, desde os primeiros registros históricos, a mulher tem seu papel definido na sociedade.

Dessa forma, entendemos que foram construídas, a partir do processo histórico-cultural, as desigualdades existentes entre os sexos e podemos então pensar em como isto implica no lugar social do feminino, na diferença de oportunidades, de distribuição do poder, dos recursos, das limitações, do estereótipo criado que taxa, molda, regula, institui, delimita o horizonte de alcance das mulheres a partir de uma hierarquia desigual.

A posição das mulheres em sociedade a partir da divisão do espaço público e privado

A divisão dos espaços públicos e privados determinou, a partir de um sistema patriarcal, que as mulheres seriam restritas ao espaço doméstico e caracterizadas por ele enquanto mães, doces, emotivas, passivas, submissas. Já os homens seriam os detentores naturais do poder e dos espaços públicos, pois seriam racionais e autoritários. Nesse sentido, Pena (1981) salienta que:

O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas ele o utiliza e reforça, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. O contrato de casamento que é o mesmo para todos os grupos sociais (independentemente de propriedade) assegura a dependência da mulher em relação ao homem; o Estado controla a participação feminina no mundo do trabalho coletivo, em nome dos interesses da família, reforça a divisão sexual do trabalho e reafirma o papel doméstico e materno da mulher (PENA, 1981, p. 71).

Essa dinâmica configura a disposição da ordem das coisas e das relações, bem como a distribuição do poder, perpassando todas as instituições sociais e espaços, acarretando uma posição inferior para as mulheres neste sistema hierárquico, enquanto submissas aos homens, afastadas dos postos de poder.

As mulheres ainda são visualizadas como um “objeto” e não se mais pode perdurar esse tipo de visão, tendo em vista que elas têm conquistado o espaço público, mas ainda são maioria no campo da educação, formadas e com qualidades para ocuparem todos os espaços sociais. Esta situação é reproduzida com base no enclausuro da mulher ao espaço doméstico, enquanto principal reprodutora das relações neste meio.

O trabalho doméstico distingue-se dos outros trabalhos uma sociedade por ser auto-definido, auto-controlado e por ser privado, confundindo-se com o papel da mulher na família. A casa é o lugar do trabalho; suas fronteiras são as fronteiras da família. Embora seja parte do capitalismo, seu desempenho ocorre fora das relações capitalistas de produção. Produtos como roupa lavada, participação em reuniões escolares para avaliação do desempenho de filhos/as, comida etc. não

são produzidos para o mercado e não são intercambiáveis, senão, talvez, por status de reconhecimento social. De fato, são produzidos para satisfazer necessidades diretas de quem o produz e de sua família (PENA, 1981, p. 73).

O que a autora destaca é sobre o *status* inferior que o trabalho doméstico tem enquanto não trabalho, por não gerar acúmulo de capital. Porém, há um dispêndio de força, energia e tempo necessários para a manutenção deste, além de que é fundamental enquanto base para o suporte da família e dos homens, para estarem no mercado de trabalho, enquanto elas mantêm os lares.

As mulheres buscam seu espaço e esta é uma atividade política, visando a obtenção de direitos e igualdade social. A reivindicação de seus direitos é um dever social e a mulher não deve abdicar dessa participação que lhe compete, do contrário, a vida participativa inexistente e tem um caráter monótono, levando-a a ficar sem sentido a própria existência.

Durante anos as mulheres buscaram um lugar participativo em sociedade, como é o caso da luta pelo direito ao voto, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, em que as mulheres, que se tornaram conhecidas como as sufragistas, reivindicavam o direito ao voto e, por conseguinte, o direito a igualdade política (FELGUEIRAS 2017). Além disso, a inserção da mulher em grandes cargos, e até mesmo na docência como profissão, apresenta problematizações acerca das conquistas realizadas pelas mulheres no decorrer da história, além de elas terem sido apagadas do contexto histórico e social.

Como contextualiza Almeida (1996, p. 76), a mulher, estabelece o senso comum, deveria cumprir seus afazeres de mãe e dona de casa, ou seja, “[...] reproduzir e dar homens fortes para a nação”. Por muitos anos as mulheres eram vistas apenas como reprodutoras responsáveis por afazeres domésticos e subalternos.

O estudo da construção do papel das mulheres em sociedade é um objeto investigativo que tem em vista a importância da valorização das mulheres como profissionais, deixando de lado a visão estereotipada da mulher, como ser frágil que está apta ao cuidar, e não ao ensinar, sendo vista também como o sexo dominado e inferior da sociedade (ALMEIDA, 1996).

A partir da revolução industrial, a mulher passou a ocupar o mercado de trabalho em maior concentração, atuando nos espaços públicos, em busca de melhores condições de sobrevivência e melhores oportunidades. Desta maneira, houve um avanço quando a mulher passou a frequentar os espaços públicos, porém ela continuou sendo a principal responsável pelos cuidados do lar e da família, acumulando uma dupla jornada. Elas saíram de casa para trabalhar, mas os homens não dividiram as tarefas domésticas de forma igualitária, acarretando maiores atribuições para as mulheres. Tal fato é

reflexo de uma sociedade patriarcal e machista. As mulheres tiveram de se dividir entre tarefas de reprodução e de produção (COMIN, 2017).

A construção do papel da mulher em sociedade organizou as relações de gênero historicamente e culturalmente, oprimindo e delimitando as atuações femininas. A mulher, ao nascer, já é condicionada a um estereótipo de conduta e aparência, sendo vítima das imposições de uma cultura sustentada pela reprodução desses papéis. Essa construção social se dá por meio de vários acontecimentos no decorrer da vida feminina, os quais são incorporados a ponto de determinar as atividades, ocupações sociais e funções, fato este que não costuma ocorrer com as mesmas proporções para o gênero oposto.

Segundo Oliveira (2016), é bastante clara a diferença entre o gênero feminino e masculino nos mais variados aspectos, desde o estereótipo de estética até as condutas. Neste sentido, destacamos a importância da conscientização das mulheres enquanto ser social, dotado das mesmas capacidades que os homens, para que a sociedade seja mais justa e igualitária, no que diz respeito às relações entre os gêneros feminino e masculino.

Metodologia

Para realização deste estudo, além da pesquisa bibliográfica, foi realizada também uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, com estudantes do curso de Pedagogia do Campus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPNV/UFMS). Para melhor compreender o estudo realizado, segue a descrição de cada uma das etapas que foram desenvolvidas.

Primeiramente foi realizado um levantamento de referenciais bibliográficos para realização de estudos que nortearam a fundamentação teórica desta pesquisa, estes materiais foram selecionados de acordo com as abordagens direcionadas ao tema da pesquisa, bem como a metodologia que foi utilizada. A revisão bibliográfica, acerca dos temas acima mencionados, baseou-se nos estudos de: Pena (1981), Bourdieu (2012), Del Priore (2006), Santos (2006), Beltrame e Dornelli (2012), Oliveira (2016) e Comin (2017).

Posteriormente, foram escolhidas as quatro participantes da pesquisa, as quais residiam no município de Naviraí MS e cursavam Pedagogia no CPNV/UFMS. Todas atendiam a alguns critérios previamente estabelecidos, ou seja: as estudantes eram mães, trabalhavam fora, cuidavam da casa e cursavam graduação no período noturno. Todas desempenhavam diversas funções sociais, simultaneamente, a fim de atingir o objetivo de concluir um curso superior.

O instrumento utilizado para a coleta de dados consistiu em um roteiro previamente elaborado, que serviu de referência para a gravação de entrevistas em áudio, com cada uma das participantes. De acordo com Spink (1995, p. 100), as técnicas verbais são relevantes para a realização de pesquisa qualitativa porque evita “[...] impor as concepções e categorias do pesquisador, permite eliciar um rico material, especialmente quando este é referido às práticas sociais relevantes ao objeto da investigação e as condições de produção das representações em pauta”.

Por fim, após a finalização da coleta de dados, as entrevistas foram transcritas, sistematizadas e analisadas, a partir de estudos de autores que discutem questões relativas ao gênero feminino. Cabe salientar que para o presente estudo os nomes das participantes foram substituídos por M1, M2, M3 e M4, a fim de preservar suas identidades, sendo que as principais características das mulheres universitárias são:

- **M.1** - tinha 32 anos, mantinha união estável, tinha uma filha de 14 anos e trabalhava em uma empresa frigorífica na cidade de Naviraí - MS.

- **M.2** - tinha 20 anos, mantinha união estável, com um filho de 5 anos de idade e trabalhava 4 horas por dia em uma biblioteca escolar de Naviraí - MS.

- **M.3** - tinha 28 anos, era casada, tinha uma filha de 2 anos de idade e trabalhava como estagiária remunerada no período vespertino em escola municipal na cidade de Naviraí - MS.

- **M.4** - tinha 24 anos, era divorciada, tinha um filho de 1 ano e 3 meses de idade e trabalhava em um escritório de contabilidade na cidade de Naviraí - MS.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordaram que suas falas fossem gravadas e utilizadas como base para a realização da pesquisa.

Resultados e discussões

Partindo do primeiro enfoque deste estudo, que se trata de compreender as mulheres entrevistadas, que conseguem lidar com múltiplas jornadas simultaneamente, que é ser mãe, dona de casa, trabalhadora e acadêmica, as quatro participantes assim responderam:

M.1 - Quando eu comecei a faculdade, chegava sexta-feira a noite e eu sabia que no sábado a gente ia ter aula. Eu chegava na sexta-feira entre dez e dez e meia da noite e eu ainda ia lavar minha roupa. Até duas a três horas da manhã eu ficava lavando roupa, para sábado eu poder dormir um pouquinho a mais, porque a tarde eu teria aula. Então para mim nunca foi penoso assim, mas trabalhoso é sim, têm muitas dificuldades sim, mas isso nunca foi um motivo para eu pensar em desistir.

M.2 - Ah, é muito difícil, quem tem criança ou filho é muito difícil mesmo, é uma correria tremenda. Então a gente tenta dividir as tarefas, mas ainda assim é uma correria muito grande.

M.3 - É triste né (risos), se eu não tivesse a ajuda do meu marido, eu já teria desistido.

M.4 - O serviço de casa é só no final de semana. Já trabalhar fora..., como o meu serviço é mais tranquilo, eu consigo conciliar com as coisas da Universidade. Algumas coisas da faculdade eu consigo fazer no trabalho, quando não é período de safra né, porque nesse período [de safra] eu não consigo fazer nada. Mas durante todo o curso eu consegui conciliar bem e eu não peguei nenhuma DP.

Duas participantes (M.2 e M.4) ainda destacaram a influência da maternidade na persistência do objetivo de terminar um curso superior, por entenderem que poderão ter melhores perspectivas de vida para os filhos.

M.2 - O mais difícil da vida acadêmica foi conciliar tudo, a vida materna, com trabalho e casa. Muitas vezes pensei em desistir, mas sabia que era necessário o esforço para poder ter uma condição de vida melhor futuramente. Aos poucos fui conseguindo me organizar melhor, trabalhando sempre em uma carga horário menor para que eu pudesse dar conta de tudo.

M.4 A maternidade implicou na verdade na minha vida, ou talvez um começo, porque parece que antes eu não tinha começado nada e quando comecei a faculdade, meu filho tinha dois meses e ele foi o motivo de eu ter entrado na universidade, para tentar dar um futuro melhor para ele.

Historicamente a mulher vem ganhando cada vez mais espaço no meio em que vive, ela se destaca em todas as atividades a que se propõe realizar, está sempre disposta a enfrentar obstáculos, sejam eles quais forem, e essa atitude o que mais encanta e faz das mulheres seres fortes e merecedoras de suas vitórias (DEL PRIORE, 2006; COMIN, 2017).

Com as respostas obtidas por meio do relato das participantes da pesquisa podemos considerar que, pelo menos na realidade em que essas mulheres se encontram, elas conseguem lidar muito bem com suas diversas atribuições. Elas enfrentam dificuldades, mas não desistem e, apesar do cansaço, parece que essas múltiplas funções não têm afetado a vida acadêmica. Tal fato, contudo, nem sempre ocorre com todas as mulheres que tentam conciliar as diversas atividades e muitas acabam abandonando a educação superior para dedicar-se à sua família e trabalho. Um estudo realizado por Gonçalves e Ternovoe (2017), com cinco mulheres que cursavam o ensino superior e exerciam inúmeras funções sociais simultaneamente, evidenciou que se fosse para desistir de alguma das atribuições, a maioria desistiria da universidade, porque precisavam trabalhar fora de casa e enquanto continuavam a ser mães e donas de casa.

No referido estudo, o motivo pelo qual as estudantes resolveram ingressar na universidade foi para tentar garantir um futuro melhor para os filhos, logo, elas não buscavam “[...] a realização somente

para benefício próprio, mas, principalmente, para garantir o conforto de sua família” (GONÇALVES; TERNOVOE, 2017, p. 117). De forma semelhante, as entrevistadas M.2 e M.4 também apontam essa preocupação e talvez seja essa a principal causa para que se sintam motivadas a continuar com os estudos, apesar das múltiplas funções que precisam desempenhar ao mesmo tempo.

O fato de as quatro mulheres serem mães e sair para estudar à noite, demonstra que elas superaram alguns estereótipos sociais associados à maternidade. Para Beltrame e Dornelli (2012), historicamente foi exigido da mulher que, ao se tornar mãe, deveria deixar de ter sua vida fora do lar, para se dedicar somente aos cuidados da casa e tarefas domésticas.

As participantes M.2 e M.4 também comentaram sobre a dificuldade em conciliar todas as atividades que lhes são atribuídas, mas que se organizam para evitar uma reprovação na faculdade. “A tripla jornada dificulta muito mais a situação. Nunca cheguei a reprovar, mas muitas vezes cheguei a ter o limite de faltas, pois não consigo deixar meu filho doente e ir assistir uma aula. Eu prefiro ficar perto dele, então acredito que o maior desafio é esse” (M.2). Corroborando com tais ideias, a M.4 argumenta:

Eu nunca reprovei no ensino regular, nem na faculdade não tenho DP, com a glória de Deus, pelo menos não ainda. Assim, cada função que o desempenho exige bastante de mim, né, minha casa, meu filho, a faculdade, o meu serviço e sempre deixo uma coisa ou outra deixando a desejar e aí acaba assim: é trabalho entregue em cima de hora, feita as coisas mesmo correndo, sabe? Mas eu acho que é assim desde que eu me entendo por gente (M.4).

Ambas as participantes também comentaram que tiveram muitas privações depois que entraram na universidade. “É um caminho muito difícil, tem que abrir mão de muitas coisas e estar completamente decidida, mas principalmente ter apoio, porque caso contrário eu não conseguiria. Acabei me afastando de algumas pessoas, de amigos e cuidar de mim sempre fica por último” (M.2). A M.4 também menciona as privações e conflitos vivenciados, que muitas vezes resultam em choro, por não conseguir atender a todas as exigências a ela atribuídas.

Olha, já chegou a hora s=de eu sentar e abrir a boca chorar por não consegui terminar algumas coisas e outras não ficaram tão bem, principalmente na época do TCC. Essas coisas assim são bem complicadas. Tipo, eu vejo todas as meninas da minha idade com unha bem-feita, mesmo que sejam mães né, mas eu não tenho esse tempo. Então eu sempre fui assim: se eu tiver que escolher entre lavar o cabelo e dormir, eu vou dormir, porque eu preciso descansar. Então se for para eu escolher entre sentar e comer uma pipoca, assistir filme ou pintar minha unha, vou comer pipoca e assistir filme, eu deixo de pintar a unha (M.4).

É possível perceber que, para tentar conciliar as múltiplas tarefas, as estudantes enfrentam dificuldades e, mesmo que façam o seu melhor e se dediquem aos estudos e demais compromissos, parece que sempre fica algo por fazer. Tal fato fica evidente no relato da M.4 que considera não

conseguir ser mãe, mulher, trabalhar e estudar ao mesmo tempo, resultando muitas vezes em tristeza e choro, ao ver outras mulheres de sua idade se preocupando com algumas vaidades e ela sequer ter um tempo para cuidar de si mesma.

Percebemos que há relação nas respostas da M.2 e da M.4, no que se refere às dificuldades para cuidar de si próprias: ambas mencionam que é difícil conciliar todas as tarefas e acabam por escolher o que acreditam que lhes trarão maiores benefícios. Consequentemente, deixam de lado outras necessidades, a vaidade, os amigos e a vida social. Conforme Ávila e Portes (2012), a mulher tem esse papel de abdicar de suas vontades desde a antiguidade e esta postura foi historicamente construída, dificultando muitas vezes sua realização pessoal e profissional, como se ambas não pudessem ocorrer simultaneamente.

As quatro participantes da pesquisa foram indagadas acerca do seu processo educativo no que tange às diferenças entre homens e mulheres, se elas sentiram essa diferenciação em sua criação. Elas reconhecem que os meninos tinham privilégios que elas não tinham, por pertencerem ao gênero feminino.

M.1 - Eu enquanto criança, e designada como mulher, eu tinha a obrigação de lavar, passar, cozinhar, organizar a comida, levar na roça e servir as pessoas que estavam trabalhando. Em casa era a mesma coisa. Eu me lembro quando jovem, adolescente, eu já tinha que cozinhar, colocar a mesa e servir a comida do meu pai no prato e se ele achasse que não estava bom, excomungava. [...] Já os meninos tinham total liberdade de ir e vir quando queriam, em qualquer lugar. Ele podiam estudar o que quisesse, eles tinham amigos e eu não tinha amigos e nem amigas, porque nós não tínhamos tempo, porque as meninas que moravam perto por ali, também trabalhavam e estudavam e na época não tinha celular. Então, não tinha como ter vínculos e não tinha como ter contato com outras pessoas, por conta de ser mulher, porque eu mesma tinha a tarefa de cuidar da casa e cuidar dos irmãos. Essa era nossa obrigação, os rapazes não.

M.2 Eu me lembro de que os meninos não faziam nada de trabalhos domésticos, eles sempre podiam sair e a menina não porque sempre tinha que ficar cuidando do irmão mais novo e limpar a casa.

M.3 - Bom, na minha família somos somente duas irmãs. Eu sempre vivi longe de parentes. Não sei dizer o porquê, mas desde pequena convivo só com mulheres.

M.4 - Por parte da minha mãe não havia diferença, a minha mãe sempre me ensinou que tanto mulher quanto homem tem obrigações domésticas, têm que estudar, têm que trabalhar fora, têm que cuidar da casa, ter responsabilidade com os filhos. Mas não foi assim na prática, a minha mãe tentou ensinar, mas não foi assim que aconteceu. Por exemplo, eu e meu irmão não gostamos do serviço de casa, eu faço porque eu sou obrigada, porque eu moro sozinha, não tem quem que faz, mas eu prefiro trabalhar fora, se eu tivesse condições, eu pagaria uma pessoa para fazer o meu serviço. O meu irmão, hoje ele tem 18 anos, mora com meus pais e ele não faz nada em casa, só que na cabeça do meu pai, hoje ele tem que ajudar, entendeu? Mas antes meu pai não queria que ele ajudasse [nas tarefas domésticas] porque ele é homem. Na questão de sair, por exemplo, a primeira vez que eu saí de casa para uma festa eu já tinha 18 anos eu já era casada, já o meu irmão sai desde, sei lá, 15 anos, ele dorme fora, passa a noite fora e está tudo bem. Ele não trabalha, então os meus pais bancam a festa dele ainda por cima.

Algumas participantes da pesquisa também comentaram sobre a educação dos filhos, de estar mais baseada na maior igualdade entre as relações de gênero, como pode ser visto nos seguintes relatos:

M.2 - Eu procuro passar ao meu filho a questão da igualdade de direitos e deveres, para ambos os sexos, porque acredito que isso é fundamental e importante para formação de todo cidadão. As vezes ele diz que tem coisa que mulher não pode e eu tento explicar a ele que isso não é verdade.

M.3 - [...] minha mãe, eu lembro disso, minha mãe nunca queria que eu ficasse perto dos meninos, falava que não, que era coisa de menino, se vai jogar futebol, dizia que eu não podia estar no meio deles, então eu cresci dessa forma. Agora em questão de serviço doméstico, desde os 10 anos a minha mãe sempre incentivou a gente a fazer, falava que a gente tinha que ajudar dentro de casa também, só que até então é isso aí. Eu acho que é válido para os dois, tanto para mulher, quanto para o homem e que isso tem que ter passado pelos pais, tem que passar isso para os filhos, né. Mas geralmente não acontece, porque a mulher é a mais cobrada, falo isso no caso da minha família, que sempre foi assim.

M.4 – Eu acredito que os direitos são iguais, então assim, eu levo muito para esse lado, o meu irmão podia tudo e eu não podia nada, eu levo para esse lado que o meu filho ele pode fazer o que é certo, o que for errado ele não vai fazer, independentemente se ele é homem ou mulher, ou independentemente do que ele vai ser quando crescer. Ele vai ajudar a fazer o serviço de casa, assim como ele me ajuda recolher roupa, ou enquanto recolho roupa ele guarda os prendedores.

Ao longo de décadas a mulher foi vista como a única responsável pelas atividades domésticas, aquela que tem por obrigação cuidar do lar, se dedicar à limpeza, alimentação e tudo o que for necessário, enquanto os homens, que são os seres provedores, trabalham fora e esses costumes foram transmitidos de geração em geração (DEL PRIORE, 2006). No entanto, com o passar dos anos, a realidade começou a ser modificada, mas isso, se for considerar a idade das participantes, ainda é algo muito recente, visto que algumas responderam que faziam serviços domésticos e os meninos não. Lembrando que a participante mais velha era a M.1 que tinha 32 anos, ou seja, continua predominando em nossa sociedade o costume de atribuir somente ao gênero feminino inúmeras responsabilidades, enquanto o gênero masculino tem diversos privilégios sociais que as mulheres não têm. Assim, entendemos há muito ainda a avançar na sociedade, no que diz respeito a criação das mulheres, porque muitas vezes acaba-se por reproduzir o que foi historicamente construído, simplesmente por uma ideia equivocada e ultrapassada de que esse é o melhor caminho.

No que diz respeito a educação que as participantes da pesquisa procuram passar a seus filhos, podemos observar que as respostas são bem parecidas, elas mencionam que tentam ensinar a igualdade de gênero, a importância do respeito e tal atitude é muito importante, tanto para as mães que exercem esse papel de ensinar, quanto para os filhos que recebem essa forma de educação. Entendemos que é

necessário que as novas gerações compreendam que todos devem ter os mesmos direitos, independentemente se são pessoas do gênero feminino ou masculino.

Neste sentido com os pressupostos de Beltrame e Donelli (2012), de que a igualdade de gênero deve ser ensinada desde o início da educação dos filhos e que não deve haver diferenças, uma vez que meninas e meninos devem e merecem ter as mesmas oportunidades de conhecimento, que serão importantes para o seu crescimento como ser humano.

Considerações finais

Diante da pesquisa realizada, que buscou averiguar o que dizem as universitárias que são mães, donas de casa, profissionais e estudantes, acerca de suas múltiplas jornadas e se tantas atribuições interferem no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, podemos inferir que a desigualdade entre os papéis atribuídos socialmente às mulheres afeta suas vidas pessoal, profissional e acadêmica. Atualmente, apesar das conquistas femininas, principalmente na área da educação e no mundo do trabalho, as mulheres continuam sendo vistas como as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e atribuições domésticas.

No caso de estudantes universitárias que são mães, observamos que a maternidade é o principal incentivo para darem continuidade aos estudos, por se preocuparem com o futuro dos seus filhos, justificando assim o acúmulo de atividades ou de suas múltiplas jornadas desempenhadas simultaneamente. Porém, esse acúmulo de funções resulta em uma sobrecarga de trabalho que acaba por afetar negativamente a vida acadêmica, visto que algumas preferem dar atenção aos filhos e conseqüentemente faltam na universidade e tiram notas baixas.

Entre as participantes da pesquisa, percebemos que elas priorizam as atividades da maternidade, o serviço doméstico e as atividades universitárias, em detrimento do cuidar de si mesma, justamente por não terem condições de assumirem suas múltiplas jornadas e ainda cuidar de suas necessidades individuais. Trata-se de mulheres que cuidam e se preocupam com os outros e deixam o cuidado de si para um segundo plano, assim como acontece com inúmeras mulheres brasileiras.

Quanto à educação que as participantes da pesquisa tiveram durante a infância, elas reconhecem que foram educadas de forma diferente dos homens, por assumirem atribuições sociais somente por pertencerem ao gênero feminino. Assim, os meninos da família foram privados de alguns trabalhos, principalmente domésticos, enquanto as meninas tiveram que assumir porque eram mulheres. Contudo,

essas mesmas mulheres disseram que procuram educar os filhos visando a construção das relações de gênero mais igualitárias.

Entendemos que para ter uma sociedade mais justa, precisamos refletir sobre nossas práticas, discursos e o impacto que estes causam na vida dos indivíduos, a fim de entender o porquê de certas ações de diferenciação de oportunidades que resultam em desigualdades de condições para o gênero feminino.

Assim, destacamos que é necessário pensar em processos educativos que priorizem a igualdade de gênero, ou igualdade de condições, para que a mulher seja livre para fazer suas escolhas e ser o que ela quiser, tendo as mesmas oportunidades e não se responsabilizando por tantas jornadas, apenas por pertencer ao gênero feminino.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 96, p. 71–78, fev. 1996.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300011&lng=en&nrm=iso Acesso em 24 jun. 2020.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Scheneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, v. 38-39, p. 206-217, maio/dez., 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 6. edição. RJ: Bertrand Brasil, 2012.

COMIN, Jaqueline Teodoro. **O(s) lugar(es) da mulher na sociedade naviraiense contemporânea: permanências, transformações, perspectivas e desafios**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em XXXXXX) – Universidade Federal de Mato Grosso Sul, Naviraí, 2017.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros; COSTA, Tiago Barreto de Andrade Costa. O trabalho doméstico remunerado e a problemática da (des)proteção social. **O Social em Questão**, v. 22, n. 45, p. 103-126, set./dez. 2019.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. Leal. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro. Das Sufragistas ao Ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, n. 6, maio, 2017. Disponível em: <https://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf> . Acesso em: 10 out. 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2018.

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. Desafios vivenciados por mulheres universitárias de Mato Grosso do Sul, que são mães, profissionais e donas de casa. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 116-142, ago./dez. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Guacira Cesar; BARROS, Ivonio; SOUZA, Maria Helena. **Trilhas feministas na gestão pública**. Brasília: CFEMEA, 2016.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A construção intercultural da igualdade e da diferença**. São Paulo: Cortez, 2006.

SPINK, Mary Jane. O estudo empírico das representações sociais. *In*: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 85-108.